

COTAS AVANÇAM NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE NORTE A SUL DO PAÍS

Ana Cláudia Mielki, Antonio Biondi e Daniel Hammes

Jornalistas

Amanda Rossi

Estudante de Jornalismo (ECA-USP)

São 39 as instituições públicas de ensino superior, entre elas 20 universidades federais, que adotam o sistema de cotas nos seus processos de admissão de alunos. As cotas estão presentes em diferentes formatos e recortes nas principais universidades das regiões sul (UFRGS, UFSM, UFSC, UFPR, UEL), centro-oeste (UnB, UFTO), nordeste (UFBA, Uneb, UFES e outras) e norte (UFPA). No sudeste, são encontradas na Uerj, UFJF, Unifesp e UFSCar



Aspecto do campus da UERJ, primeira universidade do país a adotar as cotas

Sistemas de cotas, que reservam vagas em vestibulares (ou demais processos de admissão de alunos) para estudantes egressos da rede pública de ensino médio e ou para grupos étnicos da população, já são realidade em 20 universidades federais, ou seja, em mais de um terço das 53 instituições do gênero existentes no país. As universidades estaduais que aderiram à política de cotas são 19. Em formatos variados, tais sistemas estão presentes nas maiores universidades das regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Nor-

te. No Sudeste, verifica-se que as principais universidades públicas resistem às cotas. Mesmo assim, importantes instituições as adotaram (vide **Quadro 1**).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) orgulha-se de adotar em seu vestibular, desde 2003, cotas para afro-descendentes e para alunos oriundos de escolas públicas. A Uerj, que tem 19 mil alunos de graduação, reserva 20% de vagas para afro-descendentes, 20% para alunos oriundos das escolas públicas e 5% para outros grupos: portadores de necessidades especiais, populações indíge-

nas e filhos de policiais e de bombeiros mortos em serviço. As cotas atendem o disposto na lei estadual 4.151, de 2003, pioneira no país.

O sistema adotado na Uerj possui dois outros recortes, que incidem sobre os demais: o sócio-econômico e o de desempenho. A professora Lená Medeiros de Menezes, sub-reitora de Graduação, explica que os candidatos às vagas reservadas para cada grupo devem se enquadrar na categoria de “estudantes carentes”, situação hoje entendida como a dos matriculados com renda de até R\$ 650. Além disso, é necessário que os candidatos obtenham nota mínima

de 2 pontos nas duas fases do vestibular. Quando sobram vagas de cotas, são revertidas para não-cotistas (Quadro 2). “É importante acrescentar que os alunos recebem bolsas de permanência ao longo dos dois primeiros anos e depois são inseridos em projetos acadêmicos”, nos quais também podem obter bolsas, acrescenta Lená.

Segunda instituição de ensino superior do país a implantar o sistema de cotas, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) reserva 45% das vagas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A Uneb, que já graduou sua primeira turma de cotistas, quer regulamentar melhor as cotas na pós-graduação, ainda à mercê de interpretações diversas. “Cada departamento acaba tendo uma interpretação diferenciada sobre como reservar os 45%. Alguns coordenadores aplicam a reserva apenas na primeira etapa, mas o importante é que esses 45% estejam configurados na lista final de aprovados”, explica Wilson Mattos, pró-reitor de Pós-Graduação.

O vestibular é único, porém os candidatos são separados por grupos que não concorrem entre si: 55% não-cotistas, 40% pretos e pardos e 5% indiodescendentes. A nota de corte (média aritmética das notas) é calculada no interior de cada grupo. Além da autodeclaração, os cotistas devem ser egressos do ensino público e possuir renda familiar mensal inferior a 10 salários mínimos. No vestibular de 2008, 2.214 vagas foram reservadas aos candidatos negros ou indígenas. Até 2011, quando será feita a avaliação do sistema, a meta é garantir

Quadro 1

IES públicas (federais e estaduais) que adotam sistemas de reserva de vagas

| | | Recorte racial | Recorte social |
|----|---|----------------|----------------|
| 1 | Universidade Federal de Santa Catarina | SIM | SIM |
| 2 | Universidade Federal de Santa Maria | SIM | SIM |
| 3 | Universidade Federal do Paraná | SIM | SIM |
| 4 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | SIM | SIM |
| 5 | Universidade Federal do Pampa | SIM | SIM |
| 6 | Universidade Federal de Juiz de Fora | NÃO | SIM |
| 7 | Universidade Federal de São Carlos | SIM | SIM |
| 8 | Universidade Federal de São Paulo | SIM | SIM |
| 9 | Universidade Federal do ABC | SIM | SIM |
| 10 | Universidade Federal do Espírito Santo | NÃO | SIM |
| 11 | Universidade Federal da Bahia | SIM | SIM |
| 12 | Universidade Federal de Alagoas | SIM | NÃO |
| 13 | Universidade Federal do Maranhão | SIM | SIM |
| 14 | Universidade Federal do Piauí | NÃO | SIM |
| 15 | Universidade Federal do Recôncavo Baiano | SIM | SIM |
| 16 | Universidade de Brasília | SIM | SIM |
| 17 | Universidade Federal do Tocantins | SIM | NÃO |
| 18 | Universidade Federal Rural da Amazônia (AM) | NÃO | SIM |
| 19 | Universidade Federal do Pará | SIM | SIM |
| 20 | Universidade Federal da Paraíba | SIM | SIM |
| 21 | Universidade Vale do Acaraú – UVA (CE) | NÃO | SIM |
| 22 | Universidade Estadual do RS - UERGS | NÃO | SIM |
| 23 | Universidade do Estado da Bahia - UNEB | SIM | SIM |
| 24 | Universidade Estadual de Londrina - UEL | SIM | SIM |
| 25 | Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul | SIM | NÃO |
| 26 | Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG | SIM | SIM |
| 27 | Universidade de Montes Claros – Unimontes (MG) | SIM | SIM |
| 28 | Universidade Estadual do Amazonas - UEA | SIM | SIM |
| 29 | Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ | SIM | SIM |
| 30 | Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF | SIM | SIM |
| 31 | Universidade de Pernambuco - UPE | NÃO | SIM |
| 32 | Universidade Estadual de Goiás - UEG | SIM | SIM |
| 33 | Universidade Estadual do Mato Grosso - Unemat | SIM | SIM |
| 34 | Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR | SIM | SIM |
| 35 | Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS | SIM | SIM |
| 36 | Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC | SIM | SIM |
| 37 | Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN | NÃO | SIM |
| 38 | Universidade Estadual da Paraíba - UEPB | NÃO | SIM |
| 39 | Universidade Estadual do Maranhão - UEMA | NÃO | SIM |

que a representação numérica de estudantes negros na Uneb corresponda à sua proporção na população baiana, em torno de 70%.

Contrariando a expectativa dos pessimistas de que as cotas iriam

depor contra a qualidade do ensino das universidades, “os sistemas têm sido positivamente avaliados”, diz Mattos. Segundo a pró-reitora de Graduação da Uneb, Mônica de Oliveira Torres, apesar dos ajus-

IES que adotam sistema de pontuação diferenciada (bônus)

| | Recorte racial | Recorte social |
|---|----------------|----------------|
| Universidade Estadual de Campinas - Unicamp | SIM | SIM |
| Universidade de São Paulo - USP | NÃO | SIM |
| Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp | SIM | SIM |
| Faculdade de Tecnologia de São Paulo - Fatec | SIM | SIM |
| Universidade Federal Fluminense | NÃO | SIM |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte | NÃO | SIM |
| Universidade Federal de Pernambuco* | NÃO | SIM |
| Universidade Federal Rural de Pernambuco | NÃO | SIM |

Centros Federais de Educação Tecnológica**

| | Recorte racial | Recorte social |
|------------|----------------|----------------|
| CEFET – BA | SIM | SIM |
| CEFET – PE | NÃO | SIM |
| CEFET – RN | NÃO | SIM |
| CEFET – SE | NÃO | SIM |

Quadro baseado em levantamento interno realizado pela Secretaria de Ensino Superior (SESU-MEC).

*A menção à UFPE não consta do levantamento original.

**Que possuem curso superior

Quadro 2 – UERJ: números do Vestibular 2008

| | | |
|-----------|-------------------|---------|
| Inscritos | Sistema universal | 25.565 |
| | Sistema de Cotas | 2.022 |
| | Total | 27.587 |
| Vagas | Sistema universal | 2.823 |
| | Sistema de Cotas | 2.318 |
| | Total | 5.141* |
| Aprovados | Sistema Universal | 3.840 |
| | Sistema de Cotas | 1.259** |
| | Total | 5.099 |

Fonte: Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ)

*Em 46 cursos

**Quando sobram vagas de cotas, são revertidas para não-cotistas

soria de Diversidade e Apoio aos Cotistas, órgão ligado ao gabinete da Reitoria, criado há dois anos.

Em 2004, antes de o sistema entrar em vigor, o índice de estudantes pardos no curso de Medicina era de 1,79% e o de pretos 0%. Já em 2005, com a implantação das cotas, a presença de pardos subiu para 2,69% e a de pretos deixou de ser nula para alcançar 2,63%. Mais do que alterações nos percentuais, houve também uma mudança na cor do campus. “Antes você entrava numa sala de aula e só via alunos brancos. Quando via estudantes negros, quase sempre eram africanos em intercâmbio. Hoje você vê três, quatro estudantes negros e todos são brasileiros”, entusiasma-se José Jorge de Carvalho, professor do departamento de antropologia da UnB.

No entender de Carvalho, além de democratizar o acesso as políticas de cotas contribuem para mudar a cultura da universidade, sobretudo nos cursos de humanidades, onde os estudantes começaram a

Na UnB, 20% das vagas de cada curso são destinadas exclusivamente aos que se autodeclaram pretos ou pardos, independentemente do perfil socioeconômico.

Um desafio é garantir a permanência dos alunos cotistas, na sua maioria de baixa renda

tes a serem feitos, “já rebatemos o primeiro preconceito de que os cotistas não estariam aptos a fazer o acompanhamento dos cursos”.

Entre as federais, a primeira instituição a adotar cotas raciais foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Quatro anos após ter implantado o Sistema de Cotas para Negros, a UnB começa a confirmar a

eficácia do programa. No Vestibular 2008, quatro das 18 vagas de Medicina foram ocupadas por estudantes que se declararam pretos ou pardos e optaram pelo sistema de cotas. Resultado expressivo, “que demonstra que se conseguiu marcar maior presença negra nesse curso, de forma regular”, afirma Jaques de Jesus, coordenador da Asses-

questionar “o eurocentrismo como paradigma fundante das universidades brasileiras”. Hoje, segundo ele, os estudantes cobram pela utilização de autores negros e a história da África e dos afro-brasileiros está sendo mais pesquisada.

Além das cotas, a universidade criou o Centro de Convivência Negra, com ações de apoio aos cotistas, e o Programa de Combate ao Racismo e à Xenofobia na UnB, criado pelo Decanato de Extensão. O programa é uma resposta da universidade ao incidente ocorrido em março de 2007, quando foram incendiados quartos de estudantes africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU).

Na UnB, 20% das vagas de cada curso são destinadas exclusivamente aos que se autodeclararam pretos ou pardos, independentemente do perfil socioeconômico. Hoje um dos principais desafios é garantir a permanência dos estudantes cotistas, na sua maioria pertencentes a famílias de baixa renda. Outro desafio, segundo Carvalho, “é criar um sistema de inclusão de professores negros e abrir a pós-graduação para os estudantes cotistas”.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) adota as políticas afirmativas em seu vestibular desde 2005. De acordo com Luiz Mello, pró-reitor de Graduação, as cotas são destinadas aos candidatos auto-declarados negros (pretos e pardos) e auto-declarados indígenas, sendo necessário que o vestibulando tenha cursado o ensino médio em escola pública. O pró-reitor da Unifesp explica que “as cotas de cada curso não foram criadas como resultado

Tanto na UFPR como na UFBA o desempenho acadêmico dos cotistas mostrou-se semelhante, quando não superior, ao dos demais alunos. Em 11 dos 18 cursos de maior concorrência na Bahia os cotistas obtiveram rendimento igual ou maior

da divisão entre as vagas da seleção universal e as da seleção com as cotas: foram criadas novas vagas”, a fim de se evitar contestações na justiça por supostos privilégios concedidos a uma parcela dos candidatos. “Ao ampliar em 10% as vagas, todas as vagas do sistema universal puderam ser mantidas”, argumenta.

De acordo com Mello, a cada vestibular a Unifesp tem aprimorado os critérios. “É uma iniciativa em permanente processo de ajuste”, avalia. Inclusive pelo fato de que a Unifesp se encontra em processo de expansão, tendo passado de cinco cursos para 23 e de 300 vagas para 1.200, em cinco cidades. “São novos cursos, novos alunos, muitas vezes em regiões carentes. Mudou tudo: o tipo de aluno, as necessidades, o tipo de curso a se oferecer”, afirma ele, para quem não existe diferença acadêmica relevante entre os grupos que prestam o vestibular.

No vestibular de 2008, além da exigência de que o aluno não zerasse em nenhuma disciplina da prova (adotada em 2006), foi necessário também que o candidato atingisse a média global mínima de 3 pontos. Como nem todas as vagas reservadas são preenchidas pelos candidatos que optam pela sele-

ção com cotas, desde 2007 as vagas remanescentes passaram a ser destinadas a alunos oriundos da escola pública que atendam aos requisitos de nota. Nos dois tipos de seleção, foi aberta a segunda opção de carreira no vestibular, “para que as vagas que não foram preenchidas, pela falta de candidatos com os critérios necessários”, o sejam “por candidatos que não obtiveram as notas necessárias em sua primeira opção”, segundo Mello.

Outra instituição que implantou o sistema de cotas no vestibular de 2005 foi a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que reservou 20% das vagas para candidatos afrodescendentes e 20% para oriundos de escolas públicas. O Núcleo de Acompanhamento da Pró-Reitoria de Graduação avalia que o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas, no geral, tem sido semelhante, e em alguns casos superior, ao da concorrência geral. Até 2007, ingressaram como cotistas na universidade 3.158 estudantes. A UFPR desenvolve também o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (Provar), que consiste no remanejamento de estudantes da universidade, ou de fora, para preenchimento de vagas disponíveis.



Quadro 3 – Ponto de corte no vestibular da UFBA, 2003-2005

| Ano | 1ª fase | 2ª fase |
|------|---------|---------|
| 2005 | 5.117,4 | 5.089,5 |
| 2004 | 5.099,8 | 5.056,4 |
| 2003 | 5.018,7 | 5.009,3 |

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde as cotas foram implantadas em 2005, não houve declínio de desempenho, pelo contrário: o ponto de corte do vestibular de 2005 superou o dos vestibulares anteriores (**Quadro 3**). Nos dois primeiros semestres cursados em 2005, em 11 dos 18 cursos de maior concorrência (ou seja, 61%), os cotistas obtiveram um coeficiente de rendimento

Quadro 4 – UFBA: rendimento de alunos cotistas e não-cotistas (2005)*

| CURSO | COTISTAS | NÃO-COTISTAS |
|------------------------------|----------|--------------|
| Administração | 83,3 | 95,4 |
| Arquitetura | 85,6 | 81,3 |
| Ciências da Computação | 66,6 | 53,7 |
| Comunicação – Jornalismo | 100,0 | 87,5 |
| Comunicação - Prod. Cultural | 100,0 | 88,9 |
| Direito | 95,2 | 88,9 |
| Enfermagem | 87,5 | 64,2 |
| Engenharia Elétrica | 55,5 | 75,0 |
| Engenharia Mecânica | 75,0 | 100,0 |
| Engenharia Civil | 94,1 | 80,0 |
| Farmácia | 92,3 | 82,3 |
| Fonaudiologia | 100,0 | 88,9 |
| Medicina | 93,3 | 84,6 |
| Medicina Veterinária | 77,0 | 81,0 |
| Nutrição | 87,5 | 92,3 |
| Oceanografia | 27,2 | 40,0 |
| Odontologia | 100,0 | 100,0 |
| Psicologia | 77,8 | 100,0 |

*Com coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10 — matriculados nos cursos de maior concorrência nos dois semestres de 2005

igual ou superior ao dos não-cotistas (**Quadro 4**). Nenhuma surpresa, esclarece o professor Jocélio Teles dos Santos, diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA: “Esse resultado era esperado, já que tínhamos acumulado dados desde o ano 1998 sobre o bom desempenho de estudantes negros oriundos da escola pública”.

Na UFBA são reservadas 45% das vagas totais, sendo 36,55% para candidatos de escola pública que se declararem pretos ou pardos; 6,45% para candidatos de escola pública de qualquer etnia ou cor; 2% para candidatos de escola pública que se declararem indíodescendentes, mais duas vagas para índios aldeados e duas vagas para quilombolas. Os 55% restantes são disputados pelos candidatos do sistema universal. O vestibular é dividido em duas fases, sendo a primeira igual para todos. Cada candidato precisa atingir pontuação superior ao ponto de corte na primeira fase do vestibular dentro do grupo em que está inscrito.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) é outra que adotou o sistema de cotas no vestibular de 2005. Uma adesão nada trivial: a reserva constitui 60% do total. São destinadas 40% das vagas para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e outras 20% para negros oriundos de instituições públicas de ensino. Em 2008, ofereceu 3.050 vagas pelo sistema universal e 3.335 pelo sistema de cotas. Por possuir política de cotas, a UEL participa do “Afroatitude”,

programa federal de apoio à iniciação científica. O programa beneficia 50 alunos que ingressaram pelo sistema de cotas com bolsas de R\$ 300 para desenvolver projetos de pesquisa, extensão e ensino que abordem prioritariamente duas temáticas: a racial e a das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente Aids.

Evaristo Colmán, presidente da Associação dos Docentes da UEL, diz que um dos problemas no processo de implantação das cotas foi o curto período de debates, cerca de 45 dias, e o volume de propaganda institucional. “Particpei com professores do curso de Serviço Social e defendemos que a política de cotas é demagógica, não resolve a dívida histórica com os afro-descendentes; fere o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei; e coloca uma cortina de fumaça em projetos equivocados como o Reuni. Existem manifestações isoladas de preconceito e segregação em alguns cursos mais elitistas — na medicina, por exemplo”, comenta. A UEL possui 19.096 alunos em 42 cursos de graduação.

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) a adoção de cotas no vestibular segue a lógica de reservar uma parte das vagas para estudantes egressos de escolas públicas, separando parcela delas segundo critérios étnico-raciais. A peculiaridade do programa adotado na UFSCar é que ela optou por ampliar gradativamente as vagas destinadas aos estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públi-

cas. Serão 20% das vagas entre 2008 e 2010; 40% de 2011 a 2013; finalmente, 50% de 2014 a 2016. Deste percentual, 35% das vagas serão ocupadas por estudantes negros —pretos e pardos. Cada curso de graduação disponibiliza, ainda, uma vaga para candidatos indígenas (que realizam provas específicas), contada para além do número total de vagas do curso.

Nem todas as universidades optaram por reserva de vagas baseada em um corte étnico-racial. No vestibular de 2008 da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), os candidatos à cota de 40% das 3.295 vagas totais precisaram atender a dois critérios sociais: ter cursado no mínimo sete anos em escola pública, contando todo o ensino médio; e ter renda familiar de até sete salários mínimos. Apesar disso, entre os 15 cursos mais procurados nove receberam mais estudantes pretos e pardos. Um exemplo é curso de Direito, em que foram inscritos 1.834 candidatos, sendo 356 cotistas, e foram aprovados 44 candidatos pelo sistema de cotas.

De acordo com Gustavo Forde, do Centro de Estudos da Cultura Negra, a reserva de vagas na UFES é uma conquista, na medida em que “aumenta a possibilidade de afrodescendentes ingressarem”. Por outro lado, ressalta, “foi um passo tímido, que demonstrou que a academia é permeada por muitos preconceitos e por isso não conseguiu fazer um recorte de que a exclusão é também pela raça e não apenas pela classe social”. O secretário de Inclusão Social, professor

Antonio Carlos Moraes, pondera que a proposta de cotas sociais foi a melhor alternativa em virtude do momento político do debate: “Se tivéssemos apresentado a proposta que incluía cotas raciais, o projeto seria derrotado e só poderia ser votado no ano seguinte”.

Na UFES todos os candidatos inscritos concorrem a 60% das vagas, depois é realizada uma reclassificação, que seleciona os estudantes com perfil para preencherem os 40% de vagas reservadas. As provas são iguais para os dois grupos, que precisam alcançar no mínimo 30% da nota das duas fases da seleção e não podem tirar menos de 2 na prova de redação. (Vide no **Quadro 5** informações detalhadas sobre os números de inscritos nos vestibulares e os resultados das políticas de cotas na UFES, UFBA, Uneb e UnB.)

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) só implantou em 2007 uma política de cotas. Todavia, o primeiro debate sobre ações afirmativas na UFSC ocorreu em 2001, entre professores que se reuniram durante uma longa greve por reajuste salarial. Como fruto destes encontros criou-se o Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores (Apu-fsc), que promoveu debates em universidades de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e de Brasília.

Quadro 5 – Cotas: comparando números no DF, BA e ES em 2008

| IES | | UnB | Uneb | UFBA | UFES |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------------------|----------------------|-----------------------------------|
| Nº de Inscritos | Sistema universal | 22.934 | 35.759 | 21.747 | 14.221 |
| | Sistema de Cotas | 4.276 (homologados só 1.159) | 16.526 negros 825 indígenas | 12.693 | 6.250 egressos da rede pública |
| | Total de inscritos | 27.210 | 53.110 | 34.440 | 20.471 |
| Nº de vagas | Sistema universal | 874 | 2.706 | 2.336 | 1.977 |
| | Sistema de Cotas | 212 | 2.214 | 1.910 | 1.318 |
| | Total de vagas | 1.086 (64 cursos) | 4.920 (156 cursos) | 4.246 (67 cursos) | 3.295 (66 cursos) |
| Aprovados/ vagas preenchidas | Sistema universal | 857 | 2.939 | 2.311 | 2.221* |
| | Sistema de Cotas | 207 | 1.818 negros 163 indígenas | 1.800 | 794 |
| | Totais | 1.064 | 4.920 | 4.111 | 3.015 |

*Dentre os quais 300 que se inscreveram como cotistas, mas foram aprovados no sistema universal pelo desempenho.

Em 2007 a UFSC adotou um sistema misto de cotas, o que fez aumentar o número de alunos negros. O DCE apóia a medida, mas exige maior investimento da universidade em permanência estudantil

Os docentes Marcelo Tragtemberg e Marco Aurélio Peres e os estudantes João Dornelles Bastos e Lincon Nomura investigaram, a partir de simulações de aumento de vagas e alteração da nota mínima do vestibular, com base nos dados do vestibular de 2004, como seria a aplicação de uma política de ações afirmativas na UFSC. No estudo, publicado em setembro de 2006, concluiu-se que a simples reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos do ensino médio público

não aumentaria o número de alunos negros aprovados, e nem mesmo a alteração da nota mínima conseguiria essa aprovação.

A votação no Conselho Universitário da UFSC aprovou por fim em 2007, com votação de 24 x 9, uma resolução que institui um sistema misto de cotas, semelhante ao existente em várias outras universidades federais. Reservou 30% das vagas em cada curso: 20% para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino

fundamental e médio em instituições públicas; e 10% para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas.

Após a implantação do sistema, aumentou o número de alunos negros na UFSC, que tinha em média 1% de estudantes pretos e 6,5% de pardos. Hoje os índices subiram para 6,3% e 9,6%, respectivamente. Rodrigo Fernandes Ribeiro, do Diretório Central dos Estudantes da UFSC, lembra que o projeto foi muito bem recebido: “Prometia, além deste acesso de 30% de cotas, investimentos em permanência, desafio para esta gestão do DCE”. Previa-se para junho de 2008 a realização do II Fórum dos Direitos Estudantis, “que buscará cobrar da Reitoria medidas de implantação de todas as necessidades mais sentidas dos estudantes da UFSC, na busca de mantê-los neste espaço”.

A UFSC possui 36.752 alunos, sendo 8.543 da pós-graduação, 25.737 na graduação e ensino à distância, 2.196 alunos do ensino básico e 276 na pré-escola. Estão distribuídos por 61 cursos de graduação e mais de 80 cursos de mestrado e doutorado. No último vestibular, inscreveram-se 29.243 candidatos no sistema universal, 5.188 nas cotas para escola pública e 562 pretos e pardos nas cotas étnicas. Apenas 4.095 vagas foram oferecidas, mas só 3.981 efetivamente preenchidas: 2.862 pelo sistema universal, 818 por egressos da escola pública e 301 por pretos

e pardos. Paralelamente, liminares concedidas em ações judiciais contra as cotas resultaram em 46 matriculados *sub judice*.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) passou a adotar políticas de cotas em 2008, destinando 30% das vagas para alunos egressos do ensino público (ensino médio e metade do fundamental). Metade delas é para egressos do ensino público autodeclarados negros, além de 10 outras vagas para descendentes dos povos indígenas. Foram ajuizadas contra a UFRGS, por estudantes não aprovados no vestibular que se consideraram prejudicados pela existência das cotas, 88 ações judiciais, e concedidas 70 liminares, garantindo a seus autores a matrícula. A universidade sempre recorre das liminares: até o final de junho já havia conseguido cassar 33 delas. Apenas uma das liminares foi mantida em segunda instância. Contudo, em nenhum dos processos houve o julgamento de mérito.

A Pró-Reitoria de Graduação avalia positivamente o programa. Não foram constatados problemas de integração dos alunos e existe a expectativa de os cotistas apresentarem desempenho tão bom quanto os demais. Beliza Stasinski Lopes, do DCE da UFRGS, considera a aprovação do sistema de cotas uma vitória, mas adverte para suas limitações: “Além da constatação da segregação racial que existe na Universidade, consideramos fundamental a ampliação da política de assistência estudantil, dos restauran-

tes universitários, de moradia e da estrutura dos laboratórios e bibliotecas. O sistema de cotas não resolve o problema da democratização do acesso”.

Márcio Leopoldo Maciel, estudante de Filosofia, membro eleito do Conselho Universitário da UFRGS (Consun), coordenador do Movimento Contra as Cotas, sustenta porém que não houve debate público, com disputa de argumentos, o que teria impedido a sociedade de tomar posição: “Os contrários ao sistema de cotas foram identificados como racistas. O resultado disso foi a ausência de uma evolução teórica sobre o tema. Diversas pessoas de classe média alta entraram na universidade via cotas e outras, que haviam perdido a vaga por conta das cotas, estão matriculadas por decisões judiciais. As distorções não são exceções, são a maioria dos casos”.

A UFRGS possui 23 mil alunos em cursos de graduação, 13 mil entre mestrado e doutorado, 2.150 professores. No vestibular 2008 inscreveram-se 34.999 estudantes, dos quais 23.470 pelo sistema universal e 11.529 pelo sistema de cotas. No entanto, somente 4.312 vagas foram oferecidas: 2.997 pelo primeiro e 1.315 pelo segundo. Foram efetivamente matriculados 4.310, e o número de cotistas baixou para 1.313.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o sistema de cotas passou a vigorar no vestibular de 2008, graças a resolução do ano anterior, que contempla reserva de vagas nos cursos de graduação por 10 anos. A UFSM

adota como critério de seleção o Sistema Cidadão Presente, nas modalidades A, B, C e D. O sistema “A” destina 10% das vagas em cada curso de graduação para candidatos afro-brasileiros; o sistema “B”, 5% para candidatos com necessidades especiais; o sistema “C”, 20% das vagas para candidatos provenientes de escolas públicas; e o sistema “D” destina até cinco vagas para alunos indígenas nos cursos de graduação em que houver procura.

“Na votação no Conselho Universitário a aprovação ocorreu por apenas um voto de diferença”, comenta Marta Íris Camargo Messias da Silveira, vice-presidente da Associação dos Amigos do Museu Treze de Maio e integrante da Comissão de

Implementação e Acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas da UFSM. “Esperávamos mais representantes da intelectualidade da sociedade brasileira. Muitos desafios nos aguardam para a consolidação de ações efetivas de promoção da igualdade racial. A política de cotas significa um instrumento de inclusão da comunidade negra em espaços historicamente a ela negados”, acrescenta.

A Pró-Reitoria de Graduação avalia de forma positiva a implementação do sistema. Admite, no entanto, a necessidade de avaliação e aperfeiçoamento para

alcançar os objetivos a que se propõe. Além das cotas, a UFSM adota o Programa de Ingresso ao Ensino Superior (Peies). Criado em 1995, é uma modalidade seriada de vestibular que busca preencher 20% das vagas destinadas aos cursos de graduação e já beneficiou 5.523 candidatos. O Peies é realizado com alunos de escolas cadastradas ou alunos independentes que se cadastram na instituição. Neste sistema, são realizadas provas com questões de múltipla escola ao final de cada ano do ensino médio.

Na UFPA, onde o ingresso se dá por intermédio de avaliação seriada, as cotas fizeram saltar as matrículas de egressos da rede pública, de 39% dos ingressantes em 2007 para quase 62% em 2008. Os negros ou pardos passaram de 68,79% para 75,26% do total

A UFSM possui 66 cursos de graduação e 74 de pós-graduação, os quais reúnem um total de 15.834 estudantes e 1.471 professores. No vestibular de 2008 inscreveram-se no sistema universal 10.392 candidatos (a 1.284 vagas) e 6.510 no sistema de cotas (a 976 vagas). Todas as vagas foram preenchidas em ambos.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA) as cotas foram implantadas em 2005 — garantindo-se 50% das vagas para estudantes da rede pública, sendo 40% dessas reservadas para negros ou afrodescendentes — mas só

ganharam visibilidade em 2008. Isso porque o ingresso na UFPA se dá somente por meio de avaliação seriada, com duração de três anos, referentes ao período do ensino médio. Assim, a primeira turma a ingressar por intermédio das cotas foi a de 2008. Os resultados impressionam: nada menos do que 2.784 (61,95%) dos 4.494 ingressantes vieram da escola pública, contra 1.848 (39,34%) dos 4.697 ingressantes de 2007. Mais: em 2008 ingressaram 3.382 estudantes negros ou pardos, que representam 75,26% do total de

ingressantes, enquanto no ano anterior foram 3.231 ou 68,79% do total.

A professora Bernadete Souto, assessora técnica da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, conta:

“Não foi fácil, sofremos muita crítica”. Segundo ela, a universidade não divulgou quais eram os alunos cotistas, “porque houve uma reação muito expressiva e contundente contra as cotas”. Bernardete ainda explica que está em estudo um programa de acompanhamento e financiamento dos estudantes cotistas e que a primeira turma do programa será acompanhada para adequação das propostas. A UFPA tem 31 mil alunos de graduação (em 338 cursos) e mais de 2.400 alunos de pós-graduação, distribuídos por 38 cursos de mestrado e 17 de doutorado.